



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0012117-03.2021.6.05.8000
COORDENADORIA DE SOLUÇÕES CORPORATIVAS E INFRAESTRUTURA
INTERESSADO : SEÇÃO DE SOLUÇÕES CORPORATIVAS
SEÇÃO DE BANCO DE DADOS
ASSUNTO : Recurso. Pregão nº 38/2021

PARECER nº 752 / 2021 - PRE/DG/ASJUR

1. A Diretoria-Geral submete à apreciação desta Assessoria Jurídica o recurso interposto pela empresa IT2B TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA. (doc. 1809322), por meio do qual se insurge contra a decisão do Pregoeiro que declarou vencedora, no Pregão nº 38/2021, a empresa THS TECNOLOGIA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.

2. Alega a Recorrente, como razões para a inabilitação da THS TECNOLOGIA (doc. 1809322):

O instrumento convocatório, em seu item 12.1.7, que trata da documentação de qualificação técnica, assim dispõe:

a) Atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação (desenvolvimento e sustentação de software), assim entendida a que demonstra que a licitante gerencia ou gerenciou serviços terceirizados, com o número de empregado equivalente ao que será necessário para suprir os postos contratados em decorrência desta licitação;

1.a.1. Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica;

1.a.2. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados no âmbito de atividade econômica principal e/ou secundária da licitante, comprovados por meio do Contrato Social ou dos dados constantes do Sicafe;

b) Comprovação de experiência mínima de 1 (um) ano na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura do Pregão;

1.b.1. Os períodos concomitantes serão computados uma única vez;

1.b.2. Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos ou outros documentos idôneos, mediante diligência do Pregoeiro.

Como se percebe pela simples leitura dessa exigência, os atestados de capacidade técnica devem comprovar que o proponente presta ou prestou serviços compatíveis com os estipulados no edital em questão, sendo tal compatibilidade aferida mediante a verificação das características, das quantidades e dos prazos envolvidos na prestação dos serviços. Portanto, não é qualquer atestado que se presta a tal fim.

A verificação quanto à qualificação técnica do licitante não pode se limitar à simples exigência e recebimento de atestados, sem que se haja efetivamente comprovada tal qualificação. Por essas razões, tanto a norma de regência, como o edital do certame, reportam-se à necessidade de compatibilidade dos atestados fornecidos com o objeto da licitação, ou seja, a licitante classificada em primeiro lugar deve comprovar desenvolvimento e sustentação de software com práticas ágeis, incluindo o levantamento e análise de requisitos, medição funcional de sistemas e desenvolvimento e manutenção de soluções, em especial baseadas em tecnologias de inteligência artificial, automação de processos robóticos (RPA) e business intelligence (BI). O objeto do edital, de forma clara dispõe sobre desenvolvimento, sustentação, manutenção, práticas ágeis, IA, RPA e BI.

3. No prazo de contrarrazões, a empresa THS TECNOLOGIA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA. assim se manifestou (doc. 1810558):

IV. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ATESTADOS APRESENTADOS Alega a Recorrente que a Recorrida não apresentou atestados que evidenciem a prestação de serviços que envolvem tecnologias de IA, RPA e BI. Todavia, todos os atestados abaixo relacionados indicam a expertise da empresa nas tecnologias e quantitativos indicados em edital. Senão veja-se:

(...)

Logo, diante da demonstração supra, comprova-se que a empresa Recorrida possui know-how para os serviços licitados em quantitativo, tecnologia, prazos e equipe, destacando-se que a solução jurídica ofertada possui inteligência artificial. Assim, sem delongas quando à tese suscitada, impugnam-se as argumentações da Recorrente, comprovando-se, por meio de apontamentos dos atestados apresentados no certame, que a empresa Recorrida comprova sua expertise no objeto licitado, em estrito atendimento às regras editalícias.

4. Por seu turno, o Pregoeiro opinou pela improcedência do recurso, concluindo que (doc. 1810559):

Examinando o recurso apresentado pela empresa licitante, em confronto com as qualificações técnicas previstas no edital, o pregoeiro não vislumbrou inadequação no documento apresentado pela empresa qualificada no item 2.1.1 acima, até porque a própria recorrente reconhece que o atestado da empresa Life Tecnologia e Consultoria atende às exigências da qualificação técnica, vejamos a lavra da recorrente: “Contratação de serviços especializados de fábrica de software, consultoria, transferência de conhecimento, construção, desenvolvimento de software, gerenciamento de projetos,

arquitetura de projetos, sustentação de soluções. Comprova: Desenvolvimento, Sustentação, IA, BI". Ora, é a própria dicção da condição 12.1.7 do Edital: (Desenvolvimento e sustentação de software)

Noutra vertente, "O atestado de capacidade técnica é um documento, como uma declaração, que serve para comprovar que sua empresa tem experiência em executar serviços ou entregar produtos semelhantes ao objeto do edital."

Depreende-se então, que o atestado de capacidade técnica não precisa ser igual ao edital, basta que seja compatível ou similar com o objeto da licitação.

"O objeto do atestado precisa ser similar ao objeto da licitação. É isso que determina o inciso II do art. 30 da Lei 8.666/93: "II – comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação [...]" Portanto, seu atestado de capacidade técnica precisa ser compatível em características, quantidades e prazos com o que está sendo contratado por meio da licitação. Caso o edital exija que o atestado seja igual, ele pode ser impugnado, porque essa exigência é ilegal ."

É o breve Relatório.

5. Sem maiores delongas, julgamos que as alegações da empresa, de fato, não merecem prosperar.

6. Como bem salientou o Pregoeiro, da dicção do art. 30, inciso II da Lei nº 8.666/93, extrai-se que deve ser comprovada a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, ou seja, que guarde similaridade com o que a Administração pretende contratar.

7. Nesse passo, a própria condição 12.1.7 do edital delineia os contornos dessa compatibilidade. Vejamos:

12.1.7. Qualificação técnica:

a) Atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) aptidão para **desempenho de atividade pertinente e compatível** em características e quantidades com o objeto desta licitação (desenvolvimento e sustentação de software), **assim entendida a que demonstra que a licitante gerencia ou gerenciou serviços terceirizados, com o número de empregado equivalente ao que será necessário para suprir os postos contratados em decorrência desta licitação;**

1.a.1. Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica;

1.a.2. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados no âmbito de atividade

econômica principal e/ou secundária da licitante, comprovados por meio do Contrato Social ou dos dados constantes do Sicafe;

b) Comprovação de experiência mínima de 1 (um) ano na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura do Pregão;

1.b.1. Os períodos concomitantes serão computados uma única vez;

1.b.2. Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos ou outros documentos idôneos, mediante diligência do Pregoeiro. (destacou-se)

8. Com efeito, conquanto a documentação apresentada pela THS TECNOLOGIA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA. tenha logrado comprovar a experiência no gerenciamento de serviços terceirizados, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, com número de empregados inclusive superior ao necessário para suprir os postos da contratação em apreço, e por período mínimo de 1 (um) ano, não vislumbramos motivo para a sua inabilitação, no particular.

9. Ante o exposto, opinamos objetivamente pelo não acolhimento do Recurso impetrado pela empresa IT2B TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA., mantendo-se, por consequência, a decisão do Pregoeiro, que declarou vencedora a empresa THS TECNOLOGIA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA. no Pregão nº 38/2021.

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESSED.



Documento assinado eletronicamente por **Danielly Regina de Carvalho**, Técnico Judiciário, em 29/12/2021, às 15:43, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1810708** e o código CRC **FCF1650E**.